



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

NºS 167/168/169

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2007

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 167

4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	04
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
1ª Discussão (PEC)	04
Redação Final	06
3ª Discussão	07
2ª Discussão	07
1ª Discussão	09
Requerimentos	16
Encerramento da Sessão	17
Publicações:	
Comissão Executiva	
Atos	17
Diretoria Geral	
Portarias	19
Atas de Comissões	
Constituição e Justiça	20
Ecologia e Meio Ambiente	21
Indústria e Comércio	21

DIÁRIO Nº 168

16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	23
Presenças	23
Abertura da Sessão	23
Expediente:	
Requerimento	24

Ordem do Dia:

Discussão/Votação	
Redação Final	24
2ª Discussão	26
1ª Discussão	27

Encerramento da Sessão

Publicações:

Atas de Comissões	
Defesa do Consumidor	28
Tomada de Contas	28
Saúde Pública	29
Orçamento	29
Constituição e Justiça	29
Finanças	31

DIÁRIO Nº 169

17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	33
Presenças	33
Abertura da Sessão	33
Expediente:	
Requerimentos	34
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
2ª Discussão	34
3ª Discussão	34
Requerimentos	34
Encerramento da Sessão	34
Publicações:	
Atas de Comissão	
Orçamento	34
Obras Públ., Transp. e Com.	35
Constituição e Justiça	35
Finanças	38
Publicações Administrativas:	
Aditivos Contratuais	38
Minutas de Contratos	39

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 167

4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	04
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
1ª Discussão (PEC).....	04
Redação Final	06

3ª Discussão	07
2ª Discussão	07
1ª Discussão	09
Requerimentos	16

Encerramento da Sessão 17

Publicações:

Comissão Executiv	
Atos	17
Diretoria Geral	
Portarias.....	19
Atas de Comissões	
Constituição e Justiça	20
Ecologia e Meio Ambiente.....	21
Indústria e Comércio	21

DIÁRIO Nº 167

15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Chico Noroeste e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dezessete horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco

Bührer, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Mamede e Miltinho Pupio (04).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Carlos Simões (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3775

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER preferência de votação do Projeto de Lei nº 698/07, item 09 da ordem do dia, que dispõe sobre o orçamento geral do estado para o exercício de 2008.

Sala das Sessões, em 17.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Nereu Moura, Teruo Kato, Edson Strapasson, Luiz Eduardo Cheida, Artagão Júnior e Jocelito Canto.

REQUERIMENTO Nº 3773

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.12.07.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 3778

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a consignação nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Florentino Rossato, ocorrido no dia 15 de dezembro do corrente, na cidade de Foz do Iguaçu, e que seja encaminhada mensagem de condolências à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.12.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Florentino Rossato foi fundador da Agrofoz, criada em 1974, referência em produtos para o campo e lavoura, e faleceu aos 85 anos de idade.

Foi um pioneiro daquele município, e era uma pessoa muito querida na sociedade iguaçuense, contribuindo sobremaneira com o seu trabalho no desenvolvimento econômico e social de Foz do Iguaçu.

Como uma última homenagem ao Sr. Florentino, consignamos o seu passamento nos Anais desta Casa, que registra a história da Assembléia Legislativa do Estado, como forma de reconhecer o seu trabalho para o engrandecimento da cidade de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 3776

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Pastor Ival Teodoro da Silva, eleito, durante conclave, em

Foz do Iguaçu, Presidente da Convenção das Igrejas Assembléias de Deus do Estado do Paraná.

O Pastor Ival tem 56 anos de idade e é Pastor dessa Igreja há 38 anos, sendo casado com dona Aparecida Alves da Silva. É um grande servo de Nosso Senhor Jesus Cristo. Um homem de fé. Um padrão de servo à serviço da obra de Deus. Amado e respeitado por muitos milhares de fiéis na capital e no interior do estado.

Requeiro que o presente reconhecimento e homenagem sejam comunicados ao Pastor Ival, à R. Joinville, 2375, São José dos Pinhais, rogando que o Nosso Criador continue derramando chuvas de bênçãos sobre sua vida, familiares e todos os membros da respeitada Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Sala das Sessões, em 17.12.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3777

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata desta Sessão votos de congratulações ao Desembargador Miguel Kfouri Neto, do Tribunal de Justiça do Paraná, pela Eleição para a presidência da Associação dos Magistrados do Paraná - AMAPAR, biênio 2008/2009. É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis o homenageia ao destacar a eleição desse magistrado e doutor em direito, cuja competência e dedicação profissional são motivos de orgulho para todos os paranaenses.

Requer à mesa diretora o envio de cópia do presente documento ao gabinete do desembargador Miguel Kfouri Neto, situado na R. Mauá, nº 920, 23º gabinete 236, em Curitiba, CEP 80030-200.

Sala das Sessões, em 17.12.07.

(a) TERUO KATO

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão (PEC)

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 123/07, de proposta de emenda à constituição do estado, de autoria dos Deputados Elton Welter e Luciana Rafagnin. Dá nova redação ao inciso XI do artigo 34 da Constituição Estadual, ampliando para 180 dias a licença à gestante. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE

REFORMA À CONSTITUIÇÃO. Em discussão. Em votação.

Para encaminhar, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero manifestar essa votação dessa PEC, em nome da Liderança do Governo, pela liberação dos Deputados que compõem a nossa base. Eu, pessoalmente, vou me abster.

Embora tenha que registrar que o posicionamento da Secretaria de Estado da Administração feito a esta Liderança do Governo é contrário, pelas razões que vou aqui expor:

(Lê):

“Em que pese o relevante cunho social da proposta, verifica-se flagrante inconstitucionalidade material. A licença maternidade é direito de trabalhadores urbanos e rurais prevista no artigo 7º, XVIII da Constituição Federal, aplicando-se por extensão às servidoras públicas conforme comando do artigo 39, parágrafo 3º da mesma Carta Magna Federal:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: ...

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

Art. 39. ...

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no artigo 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Límpido está o texto constitucional federal citado, que fixa, limita, determina que a licença maternidade será de 120 dias. Essa barreira, esse limite não pode ser reduzido, nem tampouco estendido, seja por Constituição Estadual de qualquer estado, por lei ou outro ato. Quisesse o legislador constituinte federal possibilitar que Constituições Estaduais, leis ou outro regulamento pudesse estender esse limite, teria fixado os 120 dias como período mínimo de afastamento - ...licença à gestante, sem prejuízo do empregado e do salário, com a duração mínima de 120 dias. Mas isso não ocorreu.

Se é vontade de todos essa extensão da licença maternidade de servidoras públicas de 120 para 180 dias, há necessidade de emenda constitucional federal.

O projeto de lei do Senado da República não estende a licença maternidade de 120 para 180 dias, mesmo porque, como visto, seria inconstitucional. Esse projeto cria um programa de incentivo ao aleitamento materno concedendo, conforme texto do parágrafo único do artigo 1º ...e concedida imediatamente após a fruição da licença maternidade de que trata o artigo 7º, XVIII, da Constituição Federal. Verifica-se que na esfera federal tomou-se esse cuidado de não afrontar dispositivo Constitucional Federal.

Para o nosso caso do Paraná, o correto seria substituir por projeto de lei para instituição de licença amamentação de 60 dias a ser concedida imediatamente após a fruição da licença maternidade.

Assim, mantido o comando constitucional, os 60 dias posteriores à licença maternidade seria um novo instituto, que, na prática possibilitaria o afastamento da servidora gestante por 6 meses. O texto deve esclarecer se abrange, além de servidoras efetivas, as contratadas pela Lei Complementar nº 108/05, dos contratos de regime especial e as servidoras celetistas (EMATER E APPA), bem como se essa licença amamentação é extensiva às servidoras que tenham filhos pelo processo judicial de adoção - não há parto, não há amamentação.

Observar para esse caso de lei estadual, a determinação contida no artigo 66, I e II da Constituição Estadual sobre a questão da iniciativa privativa do Governador sobre matéria de pessoal da Administração Direta, Indireta e Autárquica do Poder Executivo, em face à competência da Assembléia Legislativa, prevista no artigo 53, VIII, CE.

Embora a Constituição Estadual estabeleça que a competência para dispor sobre pessoal, no artigo 53, seja da Assembléia Legislativa, a Carta Magna Paranaense delegou privativamente ao Governador a iniciativa de propor matéria sobre pessoal para que a Assembléia Legislativa possa dispor.

O verbo dispor contém vários significados, mas a inteligência do artigo 53, III da CE dá competência à Assembléia Legislativa para dispor sobre RH, entendendo-se o termo como: legislar, prescrever, determinar, arrumar, planejar, promover, tratar, discorrer e todas as demais formas que o conceito prevê, mas delegou exclusivamente ao Governador a iniciativa sobre a matéria para que a Assembléia Legislativa possa dispor. É simples.

O presente protocolado encontra-se em condições de ser apreciado pela Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência, com a indicação da necessidade de revisão da Proposta de Emenda à Constituição Estadual.

É a informação.

Curitiba, 13.12.07.

*(a) ROMILDO RIBEIRO SBRISIA
Ass. DRH/SEAP”*

Por isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, fizemos um acordo com o ilustre Deputado proponente da PEC, Elton Welter, para que pudessemos votar, ainda nesta Sessão Legislativa, a presente PEC, liberando a bancada que dá sustentação ao nosso Governo, sem que possamos assumir o compromisso de votarmos favoravelmente na 2ª discussão desta PEC, mas fazendo este encaminhamento sobre a questão da constitucionalidade da matéria.

Foi aquilo que já havíamos dito na semana passada, mas como nós, quando fazemos o acordo, nós cumprimos, nós liberamos a nossa bancada para cada um dos Parlamentares votar de acordo com a sua consciência e

eu, certamente, como Líder do Governo, vou me abster de votar sim ou não a presente PEC, respeitando o integrante da nossa bancada, o Deputado Elton Welter.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder, portanto, a votação da Proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria dos Deputados Elton Welter e Luciana Rafagnin. A proposta será submetida a 2 turnos de discussão e votação, com interstício de 5 Sessões. Vamos votar hoje e só voltaremos a votar - se aprovado, serão necessários 33 votos SIM - em fevereiro.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Chico Noroeste, que proceda, por gentileza, à chamada nominal dos Srs. Deputados, que ao serem chamados já votem.

Os Deputados favoráveis à Emenda Constitucional, que amplia para 180 dias a licença à gestante, votem com a expressão SIM e os contrários com a expressão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

(Procede à chamada nominal para a votação)

Sr. Presidente, 44 Deputados responderam à chamada: 41 com a expressão SIM e 03 abstenções.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está aprovada a emenda à Constituição.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 254/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que denomina de Mário Fontana, a viaduto das Rodovias PR-585 com a BR-467, rodovia Toledo - São Pedro do Iguaçu e Toledo - Cascavel. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 254/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Mário Fontana, o viaduto das rodovias PR-585 com a BR-467, rodovia Toledo - São Pedro do Iguaçu e Toledo - Cascavel.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 671/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui a

Comissão Permanente de Acessibilidade, subordinada a SEDU, com a finalidade de elaboração de normas e controle que garanta a execução do programa Cidade Para Todos, de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de necessidades especiais, criado pela Lei nº 13136/01. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 671/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Comissão Permanente de Acessibilidade, subordinada à Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano - SEDU, com a finalidade de elaboração de normas e controle que garanta a execução do Programa Cidade Para Todos, de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de necessidades especiais, criado pela Lei nº 13126, de 21 de março de 2001.

Art. 2º A Comissão Permanente de Acessibilidade será integrada por representantes do Poder Executivo, Poder Legislativo e da sociedade civil organizada, dando preferência àquelas que atuam na defesa do portador de necessidades especiais, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 3º Constituem atribuições da comissão o controle de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida, procurando fiscalizar a execução do programa Cidade Para Todos.

Art. 4º Deverão ser objeto de prévio exame da Comissão Permanente de Acessibilidade, exclusivamente para verificação do atendimento de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais:

I - a locação ou a renovação de contratos de locação de imóveis destinados a abrigar repartições públicas estaduais;

II - a construção ou a reforma de edifícios públicos estaduais;

III - proposta de adaptação, aquisição e concessão de veículos de transporte coletivo.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.12.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 823/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que declara de utilidade pública, a Associação de Moradores do Conjunto São José Del Rey, com sede no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 151/07, de 21/11/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 781/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/07, que altera a redação do artigo 1º da Lei Estadual nº 14233 de 26 de novembro de 2003. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO, APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda de Plenário.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 024/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que fica instituído, na Assembléia Legislativa do Estado, o programa semente do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DA CCJ. APROVAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que dispõe sobre a construção de calçamento para pedestres e ciclovias nas obras de pavimentação ou recuperação de pavimento em vias públicas onde haja participação financeira do Governo Estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 651/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a atribuir ao professor titular, aposentado até 31 de dezembro de 1995, a gratificação de incentivo concedido ao docente catedrático. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 698/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/07, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 2008. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. Em discussão. Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, vejo que o orçamento do estado, nos quase 20 bilhões destinados aos Poderes, algumas situações me chamam a atenção e eu não poderia deixar de levantar aqui esta questão de ordem ao meu encaminhamento.

Primeiro, Sr. Presidente, o artigo 16, fica o Poder Executivo autorizado a alienar ou permutar os títulos públicos emitidos pelo estado de Santa Catarina e pelos

municípios de Osasco, São Paulo e Guarulhos, os quais o estado do Paraná é portador.

Chamou-me a atenção este detalhe aqui que estamos dando autorização ao estado para permutar os títulos públicos, estamos dando um cheque em branco para o Governador fazer o que quiser com os títulos do estado do Paraná com relação a Osasco e Guarulhos. É aquele famoso dinheiro podre comprado pelo Governador anterior.

Estamos colocando aqui, quero registrar neste meu encaminhamento que o Governo está pedindo autorização através desta peça orçamentária para permutar os títulos públicos emitidos. Estamos dando um cheque em branco para o Governador permutar ou vender os títulos podres que sempre foi falado por este Governo. Este é o primeiro detalhe.

Segundo, é importante dizer aqui que o orçamento do Ministério Público era de 3.7 e a partir de um entendimento, de uma emenda que foi apresentada pelo Ministério Público e não pelo Governo, o Governo não queria dar aumento de recursos para o Ministério Público. Então, o Ministério Público fez uma emenda e esta emenda foi aceita e o Governador fez como Pilatos - lavou as mãos - e concordou com o aumento de 3.8 para 3.9 do Ministério Público. Então, aquela briga é só fachada. Deixar claro que aquela briga é só fachada. O Governo dá o aumento que o Ministério Público pede de 3.8 para 3.9. Aquela briguinha é só fachada. A Assembléia não teve aumento. O Tribunal de Contas não teve aumento. O Poder Judiciário, também tem acordado com o Governador, teve um aumento. Já veio na peça orçamentária - de 8.5 para 9.0.

É importante colocar isto aqui, Deputado Belinati, que agora o Tribunal de Justiça está aumentando seu orçamento. Vai ter um meio por cento de aumento do orçamento - de 8.5 para 9.0. Esta Casa está autorizando.

Isto veio na peça orçamentária. O Governo autorizou o aumento para o Judiciário. O Requião é bom com os Juízes e é ruim para os Procuradores. Com os Procuradores ele não quis dar o aumento. Tiveram que os Srs. Procuradores fazer uma emenda a qual foi recebida e acatada pela nossa Comissão de Finanças da Casa.

Portanto, o Requião fez de conta que não viu. Recebeu também os 3.9. O Tribunal, portanto, o Ministério Público também vai ter um aumento de 3.8 para 3.9. Muito importante esse destaque aqui. E o Judiciário de 8.5 para 9.0. Como o Requião está de bem com o Poder Judiciário já veio na peça orçamentária o aumento, tudo bacana, sem problema nenhum.

Publicidade, agora há pouco ouvi aqui comentário sobre publicidade. Ninguém quer discutir o orçamento, o momento mais importante desta Casa, estamos colocando aqui diversos cheques em branco, publicidade, o Governo Requião disse que não queria aumento da publicidade, fez vários comentários, acabou com o orçamento deste ano, mas aqui está provado que o Governo do Estado voltou atrás, está subindo de 8 para 30 milhões o orçamento da publicidade!

Então, agora vai ter dinheiro para a publicidade. Atenção Srs. Deputados, essa foi uma sugestão do Deputado Romanelli, claro que é uma sugestão do Governo. O Governo quando mandou o orçamento para cá, mandou uma reserva de contingente de 80 milhões, essa reserva é para o Relator remanejar o orçamento como melhor for. Então, está provado aqui que aquela palavra dada pelo Governador que ele não ia gastar mais em publicidade é mais um factóide que cai! Vamos investir em publicidade, em vez de 8 milhões, 30 milhões. quero deixar aqui o registro que o Governo manda através da emenda, assinada por vários Deputados, é uma emenda da Casa, e depois quando alguém cobrar o Requião ele vai dizer que não queria, que foi a Assembléia que mudou o orçamento. Quero deixar isso bem claro, registrado nos Anais desta Casa. Depois ele ainda vai fazer piada conosco: “Não queria aumento, os Deputados é que deram, quem remanejou o orçamento foram os Deputados.” Então, Srs. Deputados, só para saber: esta Casa que está aumentando, ele não quer, mas esta Casa está aumentando de 8 para 30 milhões os investimentos em publicidade. E é até bom que gaste em publicidade para discutir um pouco mais o Paraná, é importante!

Ainda me chama a atenção aqui, além dessa questão a publicidade, o artigo 31. É bem polêmico e nos deixa um pouco apreensivos: “Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias ...”

Atenção Srs. Deputados de Curitiba, vocês não sabiam isso aqui, o Governo está tirando R\$ 3 milhões que era dinheiro da região de Curitiba e está levando para as regiões metropolitanas do interior. Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e litoral, só esqueceu de Ponta Grossa e região dos campos gerais. Ele está levando 3 milhões e está tirando dinheiro da integração do transporte coletivo metropolitano de Curitiba. Deputado Luizão, V. Exa. que sempre discursou a esse respeito, olha aqui, está saindo 3 milhões da integração do transporte metropolitano de Curitiba para o interior, está saindo um dinheirinho aqui da cidade de Curitiba para o interior, está sendo remanejado.

O último item que me chamou atenção, sinceramente vou deixar o meu registro aqui, Sr. Presidente, não compreendi que estamos autorizando uma transferência de recurso de algo que já aconteceu há 1 ano atrás e só lamento que esteja aqui que estejamos incluindo a desapropriação de valores de uma área que já foi desapropriada e já foi até paga. Não compreendi isso aqui e por isso quero deixar esse registro.

Estas são algumas coisas que tirei do orçamento e gostaria de deixar registrado nos Anais desta Casa que alguns remanejamentos aconteceram de forma muito complicada, mas fazer o quê? A maioria vota e a minoria obedece!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, gostaria também de fazer um registro com relação à emenda coletiva no orçamento para

verbas publicitárias que eu não concordo. Vou ter que votar o orçamento num “pacotão”, mas não concordo com esse item, não concordo com essa emenda! Então gostaria de deixar registrado nos Anais da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o substitutivo geral da Comissão de Orçamento. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado!**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 699/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/07, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. Aprovado o substitutivo geral da Comissão de Orçamento.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 713/07, de autoria do Deputado Luiz Carlos Romanelli, que denomina Victor de Almeida Barbosa o Hospital Infantil de Campo Largo, conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Artigo, por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 858/07, de autoria da Comissão Executiva, que reajusta os valores do vencimento básico dos servidores ativos e inativos dos quadros efetivos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Em discussão. Em votação. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, esse projeto que reajusta os valores dos vencimentos dos servidores da Assembléia e Tribunal de Contas consta na pauta como analisado, como da Comissão de Finanças com parecer favorável.

Não sei se há algum equívoco ou foi votado em Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado, quando votamos o aumento percentual dos salários dos funcionários da Casa nós constituímos Comissão Geral tanto da CCJ, como da Comissão de Finanças para agilizarmos essa questão.

Se não me falha a memória, foi Elio Rusch quem deu o parecer.

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 035/07, de autoria da Comissão Executiva, que aprova o ressarcimento, das despesas dos Srs. Deputados, mês de dezembro de 2007. Resolução nº 003/04. **PARECER**

FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Ruben Formighieri. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 071, em 26/06/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 468/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, tem como escopo conceder título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Ruben Formighieri.

Fundamentação

A Lei Estadual nº 13115/01, alterada pela Lei Estadual nº 14677/05, dispõe sobre a concessão de título de Cidadão Honório:

Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º - Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura:

§ 2º - O partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 4 (quatro) projetos de título de Cida-

dão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura”.

Conforme podemos observar na Lei supracitada, cabe exclusivamente aos partidos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

De acordo com tal lei, o partido do nobre Deputado não ultrapassou o limite legal de apresentação de projetos de tal natureza, segundo estatística da própria Assembléia Legislativa, deixando clara a legalidade do projeto em questão.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa no Brasil.

Conclusão

Diante a legalidade e constitucionalidade do presente projeto de lei, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Discussão/Votação

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Para Encaminhar**)

Apenas pedindo a votação dos nobres colegas. Ruben Formighieri é um empreendedor, é um dos 5 sócios do Grupo Positivo, que é o maior grupo educacional do Paraná. Ele que cuida da elaboração das apostilas do positivo que são utilizadas em todo país. É um empresário extremamente dedicado as causas sociais. Uma pessoa que se preocupa com a cidadania. Várias idéias de projetos de lei que apresentamos aqui no passado foram sugeridas, principalmente, lá na época em que estávamos na Câmara Municipal, pelo Ruben Formighieri. Ele é uma pessoa que apóia muito todas as causas de cidadania, ajuda muito os amigos do Hospital de Clínicas.

Enfim, é um empresário sério, trabalhador, dedicado, e por isso peço o apoio dos nobres Deputados e das nobres Deputadas para aprovar por unanimidade este título de Cidadão Benemérito.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao senhor 1º Secretário, Deputado Chico Noroeste, que proceda, por gentileza, a chamada nominal dos Srs. Deputados. Os Deputados que forem favoráveis à concessão do título de Cidadão Benemérito ao Sr. Ruben Formighieri votam com a expressão SIM; os contrários com a expressão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.**)

Sr. Presidente, 42 Srs. Deputados com a expressão SIM.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está **aprovado** o título de Cidadão Benemérito ao Sr. Ruben Formighieri.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 857/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 055/07, que autoriza o Poder Executivo efetuar a cessão de uso ao município de Irati do imóvel situado naquele município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 162/07, de 12/12/07, em Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 857/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 857/07, de autoria do Poder Executivo, mediante Mensagem nº 55/07, tem por escopo principal a cessão de uso de imóvel ao município de Irati - para as providências especificadas no projeto.

Fundamentação

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que autoriza a cessão de propriedade de imóvel do estado à uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Irati.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ainda, não existe óbice algum do ponto de vista

legal e constitucional, razão pela qual votamos favoravelmente.

Finalmente, no que concerne à técnica legislativa utilizada na elaboração do projeto, verifica-se que foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante de sua constitucionalidade e legalidade e conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, desde que em conformidade com o substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 17.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 857/07

O Projeto de Lei nº 857/07 passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao município de Irati, do imóvel situado à R. Coronel Pires nº 826 com área de 3.750m², contendo um prédio edificado em alvenaria de tijolos, com dois pavimentos, matrícula nº 7.816, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício de Irati.

Art. 2º O imóvel de que trato o artigo 1º, desta lei, será utilizado, pelo município de Irati, exclusivamente para funcionamento de secretarias e órgãos municipais, telecentro “Inclusão Digital”, além de atividades sócio-educacionais destinadas à comunidade, sendo retomado, a qualquer tempo, caso seja comprovada destinação diversa da estabelecida.

Art. 3º A presente cessão de uso vigorará até 31 de dezembro de 2010, prorrogável mediante consenso entre as partes.

Art. 4º Fica acrescentada alínea “z-B” ao inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996 com a seguinte redação:

“Art. 14...

II - ...

z-B) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - NBM/SH no código e especificação abaixo:

1. NCM	Produto
8414	Bombas de ar ou de vácuo, compressores de ar ou de outros gases e ventiladores; coifas aspirantes para extração ou reciclagem, com ventilador incorporado, mesmo filtrantes.

1. NCM	Produto
8443	Máquinas e aparelhos de impressão por meio blocos, cilindros e outros elementos de impressão da posição 84.42; outras impressoras, máquinas copiadoras e telecopiadoras (fax), mesmo combinados entre si; partes e acessórios.
8470.2	Máquinas de calcular programáveis pelo usuário e dotadas de aplicações especializadas.
8470.50.1	Caixa registradora eletrônica.
84.71	Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou ópticos, máquinas para registrar dados em suporte sob forma codificada e máquinas para processamento desses dados, não especificadas nem compreendidas em outras posições.
8472.90.10 8472.90.2 8472.90.30 8472.90.5 8472.90.90	Máquinas, equipamentos e suas unidades baseadas em técnicas digitais próprias para aplicação em automação de serviços.
84.73	Partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinados a máquinas e aparelhos da subposição 8470.2, do item 8470.50.1, da posição 84.71, dos subitens 8472.90.10, 8472.90.30 e 8472.90.90, e dos itens 8472.90.2 e 8472.90.5 desde que tais máquinas e aparelhos estejam relacionados neste Anexo.
8473.30	Partes e acessórios das máquinas da posição 8471.
8473.30.19	Outros.
8473.30.41	Placas-mãe ("mother boards").
8473.30.42	Placas (módulos) de memória com uma superfície inferior ou igual a 50 cm ² .
8501.10.1	Motores de passo.
8504	Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos (retificadores, por exemplo), bobinas de reatância e de alta indução.
85.17	Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia, por fios e os aparelhos de telecomunicação por corrente portadora ou de telecomunicação digital; aparelhos telefônicos por fio, conjugados com aparelho telefônico sem fio, que incorporem controle por técnicas digitais, do subitem 8517.11.00, exceto os aparelhos classificados no subitem 8517.19.10 e no item 8517.19.9, salvo os terminais dedicados de centrais privadas de comutação.
8518	Microfones e seus suportes, alto-falantes, mesmo montados nos seus receptáculo, fones de ouvido, mesmo combinados com um microfone, e conjuntos ou sortidos constituídos por um microfone e um ou mais alto-falantes; amplificadores elétricos de audio-frequência; aparelhos elétricos de amplificação de som.
8519	Aparelhos de gravação de som; aparelhos de reprodução de som; aparelhos de gravação e de reprodução de som.
8523	Discos, fitas, dispositivos de armazenamento não volátil de dados à base de semicondutores, "cartões inteligentes" (smart cards) e outros suportes para gravação de som ou para gravações semelhantes, mesmo gravados, incluídas as matrizes e moldes galvânicos para fabricação de discos.
8525	Aparelhos transmissores (emissores) para radiofusão ou televisão, mesmo incorporando um aparelho receptor ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som; câmeras fotográficas digitais e câmeras de vídeo.

1. NCM	Produto
8525.10 8525.20	Aparelhos transmissores (emissores) e aparelhos transmissores (emissores) com aparelho receptor incorporado baseados em técnica digital.
8527.90.1	Receptores pessoais de radiomensagens (Pager).
8528.41.20	Monitores e projetores, que não incorporem aparelho receptor de televisão; aparelhos receptores de televisão, mesmo que incorporem um aparelho receptor de radiofusão ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som ou de imagens. Monitores com tubos de raios catódicos. Policromáticos.
8528.51.20	Monitores e projetores, que não incorporem aparelho receptor de televisão; aparelhos receptores de televisão, mesmo que incorporem um aparelho receptor de radiofusão ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som ou de imagens. Outros monitores. Policromáticos.
8528.71.19	Monitores e projetores, que não incorporem aparelho receptor de televisão; aparelhos receptores de televisão, mesmo que incorporem um aparelho receptor de radiofusão ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som ou de imagens. Receptor-decodificador integrado (IRD) de sinais digitalizados de vídeo codificados. Outros.
8528.71.90	Monitores e projetores, que não incorporem aparelho receptor de televisão; aparelhos receptores de televisão, mesmo que incorporem um aparelho receptor de radiofusão ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som ou de imagens. Outros.
85.29	Partes reconhecíveis com exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das subposições 8525.10 e 8525.20.
85.31	Aparelhos digitais de sinalização acústica ou visual, exceto os aparelhos residenciais.
8532.21.10 8532.23.10 8532.24.10 8532.25.10 8532.29.10 8532.30.10	Condensadores elétricos próprios para montagem em superfície (SMD).
85.33	Resistências elétricas próprias para montagem em superfície (SMD).
8534.00.00	Circuitos impressos multicamadas e circuitos impressos flexíveis multicamadas, próprios para as máquinas, aparelhos, equipamentos e dispositivos constantes neste Anexo.
8536.50	Interruptor, seccionador, comutador e codificador digitais.
8536.90.40	Conectores para circuito impresso.
8537.10.1 8537.10.20 8537.10.30	Comando numérico computadorizado. Controlador programável. Controlador de demanda de energia elétrica.
8538.90.10	Circuitos impressos com componentes elétricos ou eletônicos, montados, partes da subposição 8536.50, do item 8537.10.1 e dos subitens 8537.10.20 e 8537.10.30.
85.41	Diodos, transistores e dispositivos semelhantes semicondutores; dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas, mesmo montadas em módulos ou painéis; diodos emissores de luz; cristais piezoelétricos montados.
85.42	Circuitos integrados e microconjuntos, eletrônicos.
8543	Máquinas e aparelhos elétricos com funções próprias, não especificados nem compreendidos em outras posições do presente capítulo.

1. NCM	Produto
8544	Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados para usos elétricos (incluídos osvernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão; cabos de fibras óticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mesmo com condutores elétricos ou munidos de peças de conexão.
8544.70.10	Cabos de fibras óticas com revestimento externo de material dielétrico.
8544.70.20	Cabos de fibras óticas com revestimento externo de aço, próprios para instalação submarina.
8544.70.30	Cabos de fibras óticas com revestimento externo de alumínio.
8544.70.90	Outros cabos de fibras óticas.
9001.10.1	Fibras óticas.
9001.10.20	Feixes e cabos de fibras óticas.
9013.80.10	Dispositivos de cristais líquidos (LCD)
90.18	Instrumentos e aparelhos digitais para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária.
90.19	Aparelhos digitais de mecanoterapia; de ozonoterapia, de oxigenoterapia, de aerossolterapia; aparelhos digitais respiratórios de reanimação e outros aparelhos digitais de terapia respiratória.
90.28	Contadores digitais de gases, líquidos ou de eletricidade incluídos os aparelhos para sua aferição.
9032.89	Instrumentos e aparelhos digitais para regulação ou controle automáticos.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Professor Luizão, Marcelo Rangel, Francisco Bühner, Mauro Moraes e Artagão Júnior.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 857/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 857/07, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a efetuar a cessão de uso, ao município de Irati, do imóvel situado à R. Coronel Pires, nº 826, com área de 3.750m², contendo um prédio edificado em alvenaria de tijolos, com dois pavimentos, matrículas nº 7816, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício de Irati.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, entende que a proposição beneficiará o município de Irati, pois o imóvel será utilizado para instalação de secretarias e órgãos municipais, Telecentro “Inclusão Digital”, além de atividades sócio-educacionais destinada à comunidade local.

Sendo assim, esta comissão emite seu parecer favorável ao Projeto de Lei nº 857/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.12.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, com base no artigo 137, parágrafo 5º do nosso Regimento Interno, penso que a presente proposição não pode ser votada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Do que estamos falando? Nós estamos falando do item 14?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) **(Pela Ordem)**

Não. Exatamente do item 15.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Primeira discussão do Projeto de Lei nº 780, autoria Péricles de Mello. É este?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) **(Pela Ordem)**

Exatamente, porque consta no corpo do projeto itens que nada tem a ver com a proposição. Acredito que

na hora de formar o projeto deve ter deixado esses itens, copiou e colou o item 15, Sr. Presidente. Porque o artigo 137, parágrafo 5º diz assim: “Não será admissível a emenda substitutiva, ou aditiva, que não tenha relação direta e imediata com a matéria da proposição principal”.

Então, falamos sobre um assunto, e no meio da proposição alterações no que diz respeito a nomenclaturas...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É que há uma inversão na questão da ordem ao item 15 e o item 16. Mas eu já entendi, não tem nada a ver com o projeto do Péricles. Tem sim autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 55. É disso que estamos falando?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Pela Ordem)

Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Tudo bem.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Pela Ordem)

Então, esse item, segundo a minha afirmação, não pode continuar na pauta, Sr. Presidente, porque está falando de 2 assuntos totalmente opostos. O senhor entendeu, acho que não fui claro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estamos discutindo, em 1ª discussão, estamos discutindo a constitucionalidade.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Pela Ordem)

Sim, Sr. Presidente, mas no corpo do projeto, se o senhor permitir que o 1º Secretário leia, o senhor vai ver que a partir do artigo 4º, acredito que seja um item extremamente estranho à proposta do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concordo com V. Exa., e efetivamente é estranho mesmo.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

O que estávamos votando é uma emenda substitutiva a um projeto original que prevê a doação de imóvel, concessão de imóvel em Irati. E o item 4º entra num processo de fazer redução de ICMS. Não tem nenhuma analogia entre a doação do imóvel em Irati com a redução do ICMS para um série de produtos que estão listados aqui. Não sei se na hora de fazer o projeto houve um equívoco, acredito que foi isso, mas da forma como está nós não podemos, votar, até porque ele vai cair.

Até entendo, o Deputado Curi explicou que há o problema fiscal, mas da forma como está cai do mesmo

jeito porque estamos votando uma doação de imóvel e junto com ele uma redução de ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou propor a V. Exas. o seguinte: cabe perfeitamente a questão de ordem de ambos. Vou propor que votemos a constitucionalidade do projeto e em 2ª discussão nós explicaremos a V. Exas. numa reunião, para que V. Exas. entendam o porquê dessa dicotomia.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, esse projeto, na forma original evidentemente, não há necessidade de passar pela Comissão de Finanças; na forma do substitutivo com uma emenda alienígena da forma que está é evidente que impacta financeiramente, cabe portanto, regimentalmente, necessariamente, a passagem desse projeto para a Comissão de Finanças.

É isso que solicito a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Convoco os Srs. Deputados a votarem em 1ª discussão o Projeto nº 857/07 quanto à sua constitucionalidade.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Discutir)

Quero dizer que em relação ao projeto, ressalvada a emenda, não há qualquer óbice. Com certeza, na reunião reservada.

Então, só para esclarecer, estamos votando simplesmente a cessão do imóvel do estado para Irati. A emenda substitutiva fica para depois, vamos discutir reservadamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço ao Deputado Reni Pereira, que explicou com sabedoria. Está em votação. **Aprovado.**

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 780/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que determina que a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) procedam os registros dos diplomas expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALI. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CECECT. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 140/07 de 31/10/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 780/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto ora em análise, apresentado pelo Deputado Péricles de Mello, determina que a Universidade do Centro Oeste e a Universidade Estadual de Ponta Grossa,

procedam os registros dos diplomas expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu.

Fundamentação

Cumpra observa, inicialmente, que o projeto de lei em apreço, conforme indicado na própria justificativa do autor, tem o intuito de autorizar que os diplomas do Programa da Capacitação Especial para Docência, em Serviço, na Modalidade Semipresencial, realizado pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALI, seja registrados pela universidade supracitadas.

Em epítome passemos a análise da Carta Magna Federativa:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...)

V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

(...)

VII - garantia de padrão de qualidade.

Nesse contexto estabelece ainda a Carta Magna:

Art. 211. A união, os estados o distrito federal e os municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino:

§ 1º A união organizará os sistemas federal de ensino e dos territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao distrito federal e aos municípios.

Art. 214. A lei distribuirá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

(...)

III - melhoria da qualidade de ensino.

Então, como verificamos, a Constituição Federal admite a existência de organização em regime de colaboração da União e Estado em seus sistemas de ensino.

Dentro desta mesma perspectiva temos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No mesmo diapasão, a Lei nº 9394 que Determina as Diretrizes e bases da educação, institui a Década da Educação, a iniciar-se um ano da publicação da LDB, conforme prescreve o artigo 87 da referida lei:

Art. 87. (...)

§ 3º Cada município e, supletivamente, o estado e a união deverá:

(...)

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos à distância:

(...)

§ 4º Até o fim da Década da Educação (31 de dezembro de 2007), somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10172/01, prevê os objetivos e metas na questão da formação dos professores e valorização do magistério, destacando que: *10. Onde ainda não existam condições para a formação em nível superior de todos os profissionais necessários para o atendimento das necessidades do ensino, estabelecer cursos de nível médio, em instituições específicas, que observem os princípios definidos na diretriz 1 e preparem pessoal qualificado para a educação infantil, para a educação de jovens e adultos e para as séries iniciais do ensino fundamental, prevendo a continuidade dos estudos desses profissionais em nível superior.*

Prossegue:

12. Ampliar a partir da colaboração da união, dos estados e dos municípios, os programas de formação em serviço que assegurem a todos os professores a possibilidade de adquirir a qualificação mínima pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, observando as diretrizes e os parâmetros curriculares.

13. Desenvolver programas de educação a distância que possam ser utilizados também em curso semipresencial modulares, de forma a tornar possível a meta anterior.

Da Competência

No que tange à Competência, é bom ressaltar que os sistemas de ensino, quanto à sua organização e competência, estão previstos na LDB, conforme artigos 8º, 9º e 10, estabelecendo, primordialmente, a liberdade dessa organização e dessa competência;

Art. 8º A união, os estados, o distrito federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta lei.

Com referência à incumbência dos sistemas estaduais de ensino, o inciso IV do artigo 10, assim dispõe:

Art. 10. Os estados incumbir-se-ão de:

(...)

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos.

Exordialmente se observa que tal determinar a autorização admitida no ordenamento jurídico pátrio.

Em derradeiro, o projeto de lei encontra-se adequado às exigências de técnica legislativa previstas na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante dos motivos acima expostos, por inexistirem vícios de competência bem como a ausência de

quaisquer obstáculos legais e constitucionais, o projeto está apto a seguir o seu trâmite regimental.

Face a legalidade e constitucionalidade, o parecer é favorável à aprovação do projeto em análise, inclusive acatando substitutivo geral apresentado pelo Deputado Caíto Quintana.

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 780/07

Art. 1º Fica determinado que a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), procederão ao registro dos diplomas de conclusão do Programa de Capacitação em Serviços para Docência dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil, na modalidade semi-presencial, expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALE.

Art. 2º Para fins de registro dos diplomas, os alunos concluintes do Programa Especial de Capacitação devem apresentar os seguintes documentos:

- a) Diploma de Cursos Normal;
- b) Certificados de conclusão de nível médio ou equivalente.

Art 3º As Universidades deverão estabelecer convênio com a VIZIVALI, a fim de que sejam tomados os devidos procedimentos necessários ao registro dos diplomas.

Art 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoioamento:

Professor Luizão.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 780/07

P A R E C E R :

Relatório

Seguindo deliberação da LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação), que propõe no artigo 87, a década da educação, que encerra no fim deste ano, as instituições Faculdades Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALE e Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino - IESDE

celebraram convênio a fim de realizar curso de formação superior em pedagogia.

Com intuito de elevar a qualidade da educação amparado no programa nacional de desenvolvimento da educação, o conselho estadual de educação autorizou o funcionamento desta modalidade de curso no ano de 2002 e renovou a autorização em 2004.

Parecer do Relator

O presente projeto regulamenta ações desenvolvidas com base no plano nacional de educação.

Considerando este, o parecer é favorável e pede pela aprovação.

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
EDGAR BUENO - Relator

Aprovado.

Em 2ª discussão vamos apreciar o substitutivo da CCJ.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Qual é o projeto de autoria do Deputado Péricles de Mello?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Determina que a Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO e Universidade Estadual de Ponta Grossa procedam os registros dos diplomas expedidos pelas Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALE. Parecer da CCJ, substitutivo geral da CCJ.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeito. É que eu tinha esse projeto como da base, mas está em nome do Deputado Péricles. Tudo bem.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3773, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3776, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3777, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3775, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoioamento dos Deputados Nereu Moura, Teruo Kato, Edson Strapasson e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 3778, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 272 e 781/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 468, 780 e 857/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 541/07

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2179/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11256/07, de 06 de novembro de 2007, deste Poder.

R E S O L V E :

conceder, a SIMONE BOABAID, matrícula nº 40836, portadora do RG nº 3.440.997-PR e do CPF nº 404.824.649-68, funcionária estável, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02 de maio de 1989 ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-02, lotada na Biblioteca, três meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2211/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11353/07, de 08 de novembro de 2007, deste Poder.

R E S O L V E :

conceder, a JOSE NORATO DE LIMA, matrícula nº 40865, portador do RG nº 2.213.891-0-PR e do CPF nº 318.290.239-34, funcionário estável, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 1º de junho de 1989 ocupante do cargo de Jornalista, nível NUE-01, lotado na Diretoria de Serviços Especiais, três meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.12.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2212/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11257/07, de 06 de novembro de 2007, deste Poder.

R E S O L V E :

conceder, a FABIO JOSE BRANTE, matrícula nº 620, portador do RG nº 7.836.414-PR e do CPF nº 034.757.899-30, funcionário estável, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 1º de abril de 2001, ocupante do cargo de Taquígrafo, nível NUD-02, lotado na Coordenadoria de Taquigrafia, três meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 02 de abril de 2001 a 02 de abril de 2006, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.12.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2213/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado

sob nº 11009/07, de 30 de outubro de 2007, deste Poder.

R E S O L V E :

conceder, a VANESSA ELLING SCHUSTER, matrícula nº 40676, portadora do RG nº 3.421.016-0-PR e do CPF nº 536.471.069-68, funcionária, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 1º de agosto de 1985 ocupante do cargo de Agente de Saúde, nível NUD-03, lotada na Diretoria Geral, três meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.12.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2214/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11086/07, de 31 de outubro de 2007, deste Poder.

R E S O L V E :

conceder, a LIVETE DE ANDRADE, matrícula nº 40741, funcionária, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, lotada na Coordenadoria de Serviço Odontológico, três meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.12.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2215/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10002/07, de 27 de setembro de 2007, deste Poder.

R E S O L V E :

conceder, a WALTER KRAFT, matrícula nº 40556, funcionário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta

Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-04, lotado na Coordenadoria de Expediente e Arquivo da Casa, três meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.12.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2216/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10798/07, de 23 de outubro de 2007, deste Poder.

R E S O L V E :

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda, retidos na fonte, dos proventos de inatividade de ACACIO TAQUES DE ARAUJO, matrícula nº 054, funcionário aposentado do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com base no Laudo Médico nº 082/07, expedido pela Junta Médica da Coordenadoria de Serviço Médico da Casa, e nos termos do inciso XIV, do artigo 6º, da Lei Federal nº 11052/04, artigo 30 da Lei Federal nº 9250/95, bem como do artigo 5º da Instrução Normativa nº 15/01, da Secretaria da Receita Federal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.12.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2217/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11780/07, de 21 de novembro de 2007, deste Poder.

R E S O L V E :

conceder, a CARLOS EDUARDO PACCA CARAZZAI, matrícula nº 40913, funcionário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-01, lotado na Diretoria Legislativa, três meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e

juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.12.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2218/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11656/07, de 20 de novembro de 2007, deste Poder.

R E S O L V E :

conceder, a RONALDO MOSELLI, matrícula nº 40952, portador do RG nº 4.992.051-2-PR e do CPF nº 659.285.209-72, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 1º de junho de 1990, ocupante do cargo Auxiliar Administrativo, nível NTB-03, lotado na Diretoria Legislativa, três meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 02 de abril de 2001 e 02 de abril de 2006, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.12.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2219/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11613/07, de 19 de novembro de 2007, deste Poder.

R E S O L V E :

conceder, a SANDRA MARA PRESTES SCHEFFER, matrícula nº 40647, portadora do RG nº 3.006.997-8-PR e do CPF nº 355.458.529-72, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 9 de julho de 1985 ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, lotado na Diretoria de Assistência ao Plenário, três meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a

anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.12.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2220/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10772/07, de 21 de novembro de 2007, deste Poder.

R E S O L V E :

conceder, a ZENY BARBOSA, matrícula nº 40932, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NTB-03, lotado no Setor de Diário da Casa, três meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.12.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 271/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9537/07, datado de 17 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

1 - Revogar a Portaria nº 106/1995;

2 - Mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de RONALDO MOSELLI, matrícula nº 40952, portador do RG nº 4.992.051-2-PR, e do CPF nº 659.285.209-72, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 1º de junho de 1990, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NTB-03, lotado na Diretoria Legislativa, o tempo de seis meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente a época, assegurado pelo pará-

grafo 3º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 276/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11907/07, datado de 27 de novembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

1 - mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de ILMA ELIZABETE MACENO, matrícula nº 40178, portador do RG nº 1.678.949-PR, e do CPF nº 610.380.919-34, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 17 de março de 1983, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-04, lotada na Procuradoria Geral, o tempo de um (01) ano, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 17 de março de 1983 e 17 de março de 1993, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente a época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

2 - Conseqüentemente, retificar a Portaria nº 65/00, no sentido de se considerar como quinquênio, o período compreendido entre 17 de março de 1993 e 17 de março de 1997, antecipado em razão da incorporação do quinquênio anterior, permitido pela Legislação vigente à época.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11.12.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edson Strapasson, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Professor Luizão, Stephanes Júnior, Valdir Rossoni e Augustinho Zucchi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reu-

nião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Nereu Moura. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 781/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. 01) Projeto de Lei nº 781/07 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente, assim como cópia da presente matéria a todos os Deputados; 02) Projeto de Lei nº 797/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Valdir Rossoni; 03) Projeto de Lei nº 804/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 816/07 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 818/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 819/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 07) Proposição Veto nº 121/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 507/07 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 272/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado Edson Praczyk - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 326/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 350/07 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 403/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Professor Luizão, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Saúde - DEFERIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 435/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. Os Srs. Deputados Douglas Fabrício e Luiz Claudio Romanelli SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente, assim como cópia da presente matéria a todos os Deputados. 13) Projeto de Lei nº 556/07 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 560/07 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 586/07 de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Os Srs. Deputados Professor Luizão e Valdir Rossoni SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente, assim como cópia da presente matéria a todos os Deputados; 16) Projeto de Lei nº 681/07 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. O Sr. Deputado Francisco Bühner, Relator, requer a conversão

da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado dos Transportes e ao Departamento Estadual de Estradas e Rodagens - DEFERIDO pelo Presidente. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Nereu Moura. 17) Projeto de Lei nº 696/07 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira à emenda oferecida pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Durval Amaral. 18) Projeto de Lei nº 759/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 732/07 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 706/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 763/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma de emenda anexa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 798/07 de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 807/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 820/07 de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma de emenda anexa - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 821/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 823/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 838/07 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, reuniu-se no plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença do Deputado Osmar Bertoldi. O Sr. Presidente declara aberta a presente reunião agradecendo a presença dos senhores: Rogério Iório,

Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza - IBDN; José Antônio Andreguetto, Secretário Municipal do Meio Ambiente - Curitiba; Francisco Paulo Lange, representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente; Maria Pilar de Miguel Huelano, Diretora da Fundação para Projetos de Carbono; Fabiano Arantes, Diretor da Organoeste Brasil; Frederico Carstens, Diretor de Sustentabilidade da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura - ASBEA; e Jeannete Ferreira, Diretora da Fundação Europa América para Projetos de Carbono, que prontamente compareceram para participar da Conferência Latino Americana de Preservação ao Meio Ambiente. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a todos os presentes, dando por encerrada a presente reunião, que para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente; demais membros e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

Indústria e Comércio

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, sob a presidência do Sr. Deputado Edgar Bueno e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Reni Pereira, Pedro Ivo e Osmar Bertoldi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 039/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 056/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. O Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 059/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Osmar Bertoldi SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Flávia Baltazar, Secretária desta comissão.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
Flávia Baltazar - Secretária

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, sob a presidência do Sr. Deputado Edgar Bueno e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Duílio Genari, Reni Pereira e Plauto Guimarães. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, que transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo. Conclusão da reunião: 01) Projeto de Lei nº 056/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 084/07 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osmar Bertoldi, lido pelo Deputado Reni Pereira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 087/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Osmar Bertoldi, lido pelo Deputado Reni Pereira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 121/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Flávia Baltazar, Secretária desta comissão.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
Flávia Baltazar - Secretária

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, sob a presidência do Sr. Deputado Edgar Bueno e com a presença dos Srs. Deputados: Luiz Nishimori, Pedro Ivo, Reni Pereira, Teruo Kato, Antonio Belinati, Caíto Quintana, Luiz Eduardo Cheida, Rosane Ferreira e Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Conclusão da reunião: 01) Projeto de Lei nº 039/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pedro Ivo, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 059/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 083/07 de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 207/07 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 236/07 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do

Deputado Luiz Nishimori - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 340/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pedro Ivo - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Flávia Baltazar, Secretária desta comissão.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
Flávia Baltazar - Secretária

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, sob a presidência do Sr. Deputado Edgar Bueno e com a presença dos Srs. Deputados: Mamede, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Reni Pereira e Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 103/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mamede - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 324/07 de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Teruo Kato - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 333/07 de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osmar Bertoldi - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 178/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osmar Bertoldi - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 348/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mamede - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 374/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 388/07 de autoria dos Deputados Marcelo Rangel e Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pedro Ivo - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 142/07 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Malucelli - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Flávia Baltazar, Secretária desta comissão.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
Flávia Baltazar - Secretária



S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 168

16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	23
Presenças.....	23
Abertura da Sessão	23
Expediente:	
Requerimento	24
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	

Redação Final.....	24
2ª Discussão	26
1ª Discussão	27
Encerramento da Sessão	27
Publicações:	
Atas de Comissões	
Defesa do Consumidor	28
Tomada de Contas	28
Saúde Pública	29
Orçamento	29
Constituição e Justiça	29
Finanças	31

DIÁRIO Nº 168

16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Stephanes Júnior.

Presenças:

Às dezoito horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno,

Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Mamede e Miltinho Pupio (04).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Carlos Simões (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimento**

REQUERIMENTO N° 3778 - A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente sessão plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.12.07.

(a) LUIZ ACCORSI

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 272/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe que o Secretário de Estado da Fazenda parcelará o pagamento dos créditos líquidos e certos a que o estado tenha direito, nos termos da presente lei. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N° 272/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° O Estado do Paraná, através de seus diversos órgãos, mediante requerimento e nos termos da presente lei, poderá parcelar o pagamento de multas, restituições e demais penalidades impostas pelos diversos órgãos da administração pública direta ou indireta, bem como sanções de natureza não-tributária, incluindo-se, em todos os casos, as verbas acessórias como juros de mora, multas incidentais e honorários de qualquer natureza.

§ 1° O parcelamento para os créditos, mencionados na *caput* deste artigo, abrangerá tanto aqueles em fase de execução, quanto os inscritos em dívida ativa, assim como aqueles créditos ainda não inscritos.

§ 2° O prazo para opção pelo parcelamento não poderá ser inferior ao concedido na notificação de inscrição em dívida ativa.

§ 3° Não incidirá honorários advocatícios em créditos que, apesar de inscritos em dívida ativa, não tenham ainda sido executados.

Art. 2° O parcelamento poderá ser concedido em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

Art. 3° O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias da sua publicação, estabelecendo os critérios e condições concessivas e o procedimento administrativo para o parcelamento dos créditos definidos nesta lei.

Art. 4° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.12.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 781/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 050/07, que altera a redação do artigo 1° da Lei Estadual n° 14233 de 26 de novembro de 2003. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N° 781/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° O artigo 1° da Lei Estadual n° 14233, de 26 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1° Fica criado um parque público de lazer no município de Almirante Tamandaré, constituído pelos imóveis de propriedade do estado do Paraná, matriculados sob n°s 9153, 9154, 9155, 9156, 9157, 9158, 9159, 9160, 9161, 9162, 9163 e 9164, do Cartório de Registro de Imóveis de Almirante Tamandaré, oriundas das matrículas 4631, 4632, 12580, 12581, 12582, 12583, 12584, 12585, 12586, 12587, 12588 e 12589, respectivamente, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Branco do Sul e sob o n° 0104, do Cartório de Registro de Imóveis de Almirante Tamandaré, com exceção de uma área com 73.902,41 m2, pertencente ao imóvel com área total de 124.422,52 m2, registrado sob a matrícula n° 9155 (Cartório de Registro de Imóveis de Almirante Tamandaré), que será destinada à construção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda, especialmente aquelas que atualmente ocupam as áreas conhecidas como Vila dos Eucaliptos e Lote Alto dos Pinheirais, ambas localizadas na mesma região.

§ 1º A área destinada à construção de unidades habitacionais é assim individualizada: “Iniciando-se no ponto OPP, marco de concreto localizado às margens da R. Domingos Scucato definido pelas coordenadas E=672407.289, N=7199035.556; partindo do ponto OPP, com azimute de 332º12’44” na extensão de 60.07m, até encontrar o ponto 01 de coordenadas UTM: E=672379.284, N=7199088.700, seguindo do ponto 01, com azimute de 317º46’17” na extensão de 18.47m, até encontrar o ponto 02 de coordenadas UTM: E=672366.868, N=7199102.379; seguindo do ponto 02, com azimute de 321º03’03” na extensão de 39.40m, até encontrar o ponto 03 de coordenadas UTM: E=672342.101, N=7199133.018; seguindo do ponto 03, com azimute de 321º35’22” na extensão de 59.16m, até encontrar o ponto 04 de coordenadas UTM: E=672305.346, N=7199179.375; seguindo do ponto 04, com azimute de 314º48’32” na extensão de 51.80m, até encontrar o ponto 05 de coordenadas UTM: E=672268.598, N=7199215.878; seguindo do ponto 05, com azimute de 314º48’32” na extensão de 51.80m, até encontrar o ponto 06 de coordenadas UTM: E=672231.851, N=7199252.381, confrontando do ponto OPP ao ponto 06 com a R. Domingos Scucato; seguindo do ponto 06, com azimute de 246º46’42” na extensão de 145.13m, até encontrar o ponto 07 de coordenadas UTM: E=672098.475, N=7199195.156; seguindo do ponto 07, com azimute de 279º24’42” na extensão de 91.88m, até encontrar o ponto 08 de coordenadas UTM: E=672007.828, N=7199210.181; seguindo do ponto 08, com azimute de 279º33’45” na extensão de 123.30m, até encontrar o ponto 09 de coordenadas UTM: E=671886.243, N=7199230.664; seguindo do ponto 09, com azimute de 177º01’08” na extensão de 157.65m, até encontrar o ponto 10 de coordenadas UTM: E=671894.442, N=7199073.231; seguindo do ponto 10, com azimute de 94º02’24” na extensão de 150.52m, até encontrar o ponto 11 de coordenadas UTM: E=672044.591, N=7199062.627; seguindo do ponto 11, com azimute de 93º52’50” na extensão de 141.63m, até encontrar o ponto 12 de coordenadas UTM: E=672185.892, N=7199053.042; seguindo do ponto 12, com azimute de 99º 46’39” na extensão de 81.21m, até encontrar o ponto 13 de coordenadas UTM: E=672265.924, N=7199039.251; seguindo do ponto 13, com azimute de 91º56’22” na extensão de 65.28m, até encontrar o ponto 14 de coordenadas UTM: E=672331.167, N=7199037.041; seguindo do ponto 14, com azimute de 91º07’03” na extensão de 76.14m, até encontrar o ponto OPP, descrito inicialmente, encerrando o perímetro, sem benfeitorias”.

§ 2º A área indicada no parágrafo anterior será desmembrada e doada à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

§ 3º A construção das unidades residenciais mencionadas no *caput* ficará sob a responsabilidade da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

Art. 2º O artigo 3º, da Lei nº 14233/03, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O imóvel, com exceção da área destinada à construção de unidades habitacionais, ficará sob a administração e fiscalização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que deverá adotar as medidas cabíveis para sua efetiva implantação”.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o artigo 2º, da Lei nº 14233/03 e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.12.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 024/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que fica instituído, na Assembléia Legislativa do Estado, o Programa Semente do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 024/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Programa Semente do Paraná.

Parágrafo Único. O Programa Semente do Paraná tem por objetivo conscientizar os alunos, da Rede Pública de Ensino do estado, da importância da defesa do meio ambiente no nosso estado, no Brasil e no mundo.

Art. 2º O Programa Semente do Paraná consiste em um concurso das melhores frases sobre a defesa do Meio Ambiente, criadas entre os alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná.

Art. 3º As frases devem ser enviadas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, endereçadas à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e à Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 4º As referidas comissões, através dos seus membros, escolherão as 10 melhores frases com envolvimento à defesa do meio ambiente.

Art. 5º A frase ganhadora poderá ter seu cartaz colocado em todas as escolas da rede pública de ensino do estado.

Art. 6º Será comemorada, anualmente em Sessão Solene, os premiados receberão as premiações, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 7º A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa regulamentará a presente resolução.

Art. 8º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.12.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que concede título de cidadão benemérito do estado do Paraná ao Sr. Ruben Formigueri. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 857/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 055/07, que autoriza o Poder Executivo efetuar a cessão de uso ao município de Irati do Imóvel situado naquele município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Em discussão. Em votação.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Confesso a V. Exa. sobre este item 05 que vou votar contrário a este projeto.

Não vou fazer um encaminhamento, mas V. Exa. está sabendo por quê estou votando contrário.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Qual é o item que estamos apreciando, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

2ª discussão do Projeto de Lei nº 857/07, de autoria do Poder Executivo. Autoriza efetuar cessão de uso ao município de Irati.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Quero registrar o meu voto contrário por entender que não é a melhor forma.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, para encaminhar.

(**Assentimento**)

Só encaminhar o bloco composto pelo PR, pelo PRB, pelo PV e pelo PSB pela abstenção. Os Deputados Chico Noroeste, Edson Praczyk, Fernando Carli Filho, Rosane Ferreira e Reni Pereira se abstêm.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É. Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Projeto, ressalvada a emenda.

Quero votar a favor da cidade de Irati. Encaminho também o PPS a votar a favor da cidade de Irati, que precisa receber esse imóvel.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Srs. Deputados que aprovam o projeto, permanecem como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda a CCJ.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, na Sessão anterior fiz uma questão de ordem e solicitei a V. Exa., porque esse projeto, na forma do substitutivo proposto pela CCJ, há regimentalmente a necessidade de análise de parecer da Comissão de Finanças.

Não passou, efetivamente, pela Comissão de Finanças e consultei V. Exa. se havia solicitação de Comissão Geral e V. Exa. respondeu dizendo que votaríamos a constitucionalidade e após reunião discutiríamos o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estamos falando de outro projeto.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Estamos falando do Projeto nº 857/07?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sim.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Que foi objeto da minha questão de ordem na Sessão anterior, que foi respondida dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A dúvida de V. Exa. diz respeito ao aumento dos funcionários da Assembléia, se teria ou não passado pela Comissão de Finanças.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Essa foi uma questão, aí tivemos uma outra questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Este projeto não passou pela Comissão de Finanças.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Exatamente. E há necessidade, regimentalmente, de ter o parecer da Comissão e Finanças, tendo em vista que estamos votando o substitutivo geral e que, conforme o encaminhamento, há a necessária avaliação da Comissão de Finanças e eu consultei se havia proposta de Comissão Geral ou não na oportunidade.

Requeiro até a V. Exa as notas taquigráficas dessa questão de ordem que encaminhei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A questão de ordem de V. Exa. é pertinente.

Esta presidência retira o item da pauta para que coloquemos na Sessão de amanhã.

O projeto foi aprovado, o que não foi aprovado é o substitutivo. Colocaremos em 2ª discussão amanhã.

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 541/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que concede título de cidadão honorário do estado do Paraná ao Sr. João Preis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 086/07, de 02/08/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 541/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, concede título de Cidadão Honorário ao Sr. João Preis.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre união, estados e distrito federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei 13115/01, alterada pela Lei 14677/05 que, em seu artigo 2º, determina:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito no estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito, a sua escolha, por legislatura.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98. Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em discussão. Em votação.

Para encaminhar Deputado Dr. Batista.

O SR. DR. BATISTA (PMN) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, estamos apresentando este projeto de lei com objetivo de conceder título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. João Preis. Ele foi Secretário da

Indústria, Comércio e Agricultura. Fundou vários parques industriais e centros comerciais em Maringá. Foi eleito Deputado Estadual em 1990, exercendo seu mandato com eficiência, elaborou diversos projetos de lei em benefício de Maringá e de todo estado do Paraná.

Gostaria que todos votassem com a expressão sim. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito a 1ª Secretaria que proceda à chamada nominal.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Trinta e nove Srs. Deputados votaram favoráveis. Está **aprovado** o item da 1ª discussão do Projeto de Lei nº 541.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 780/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que determina que a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) procedam os registros dos diplomas expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALE. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Vamos votar o substitutivo geral. Em discussão. Em votação. Deputados que aprovam o substitutivo geral permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3778-A, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 541/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 780/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Atas de Comissões****Defesa do Consumidor****COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

1ª Sessão Legislativa - 16ª Legislatura

Ata da 7ª Reunião Ordinária

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira. Havendo número legal, o Presidente, deu por aberta a presente reunião. Dado início aos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de lei nº 386/07 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO. 2) Projeto de lei nº 475/07 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elio Rusch - APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 649/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Carlos Eduardo Carazzai, secretário da Comissão.

Tomada de Contas**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

TERMO DE ATA - ARTIGO 27

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e sete, às nove horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para deliberar sobre o artigo 27, parágrafo 9º. Da Constituição Estadual. O Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, determinou que se fizesse publicar no Diário da Assembléia Legislativa, para conhecimento de todos, as prestações de contas que atendem a Constituição Estadual, artigo 27, parágrafo 9º, que diz: *As contas da administração pública direta, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, ficarão, durante sessenta dias, anualmente, em local próprio da Assembléia Legislativa, à disposição, para exame e apreciação de qualquer contribuinte, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei*, as quais encontravam-se em poder da comissão desde o início do período legislativo do ano 2007, referentes ao exercício de 2006, conforme segue: protocolos nºs 454 e 7749, relatório de atividades institucionais e relatório do 2º trimestre do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; protocolo nº 2757, prestação de contas do Fundo de Reequipamento de Trânsito; protocolo nº 3372, prestação de contas da Universidade Estadual de Ponta Grossa; pro-

toloco nº 3414, prestação de contas da Agência de Fomento do Paraná S/A; protocolo nº 3415, prestação de contas do Fundo de Desenvolvimento Econômico; protocolo nº 3416, prestação de contas do Fundo de Aval para Agricultura Familiar; protocolo nº 3819, prestação de contas da Empresa Paraná Investimentos S/A; protocolo nº 3820, prestação de contas do Arquivo Público do Paraná; protocolo nº prestação de contas da ParanáEducação; protocolo nº 3849, prestação de contas da SANEPAR; protocolo nº 3866, prestação de contas da Universidade Estadual de Maringá; protocolo nº 3869, prestação de contas da Paraná Tecnologia; protocolo nº 3870, prestação de contas do Fundo Paraná; protocolo nº 3873, prestação de contas da Universidade Estadual de Londrina; protocolo nº 3874, prestação de contas do DETRAN; protocolo nº 3877, prestação de contas da COMEC; protocolo nº 4623, prestação de contas da CLASPAR; protocolo nº 4624, prestação de contas da CODAPAR; prestação de contas da Ferroeste; e Relatório de Atividades e prestação de contas da OCEPAR, e, para surtir os efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e achado conforme, será assinado pelo Sr. Presidente e por mim, Maria Regina Subtil, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e sete, às nove horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua décima primeira Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 128/07. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari abriu a reunião, passando a palavra ao Sr. Deputado Francisco Bühner, Relator da Proposição nº 128/07, relativa a prestação de contas da verba para atender aos créditos do ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004, referente ao mês de dezembro de 2007. A matéria proposta, após estudo conclusivo, mereceu do Sr. Relator o parecer favorável, pois as contas encontram-se exatas, atendem sua regulamentação e a legislação ora em vigor. O parecer, após lido, foi acompanhado por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária

Saúde Pública

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e sete, reuniram-se na sala de reuniões das comissões a Comissão de Saúde Pública presidida pelo Sr. Deputado Ney Leprevost e contando com a presença dos seguintes Deputados: Marcelo Rangel, Dr. Batista e Stephanes Júnior. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião passando-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 048/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo que altera a Lei nº 14743, de 15 de junho de 2005. Com parecer do Deputado Tadeu Veneri FAVORÁVEL-APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 086/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Com parecer do Deputado Ney Leprevost FAVORÁVEL-APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 121/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Com parecer do Deputado Teruo Kato FAVORÁVEL-APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 239/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Com parecer do Deputado Rui Hara FAVORÁVEL-APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 587/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Com parecer do Deputado Marcelo Rangel FAVORÁVEL-APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 551/07 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Com parecer do Deputado Teruo Kato FAVORÁVEL-APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 584/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Com parecer do Deputado Tadeu Veneri FAVORÁVEL-APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 728/07 de autoria do Executivo, Mensagem nº 048/07. Com parecer do Deputado Ney Leprevost FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, e por mim, Osmar Prestes, secretário desta comissão.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e sete, reuniram-se na sala de reuniões das comissões a Comissão de Saúde Pública presidida pelo Sr. Deputado Ney Leprevost e contando com a presença dos seguintes Deputados: Marcelo Rangel, Dr. Batista, Stephanes Júnior e a Deputada Rosane Ferreira. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião passando-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 340/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Com parecer do Deputado Tadeu Veneri FAVORÁVEL-APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 377/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Com parecer do Deputado Dr. Batista FAVORÁVEL-APROVADO. 03) Projeto de Lei

nº 278/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Com parecer do Deputado Stephanes Júnior FAVORÁVEL-APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 389/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Com parecer do Deputado Teruo Kato FAVORÁVEL-APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 258/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Com parecer do Deputado Stephanes Júnior FAVORÁVEL-APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 138/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Com parecer do Deputado Marcelo Rangel FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, e por mim, Osmar Prestes, secretário desta comissão.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

Orçamento

COMISSÃO DE ORÇAMENTO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões, sob a presidência da Sra. Deputada Beti Pavin, com as presenças dos Srs. Deputados: Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Duílio Genari e Tadeu Veneri. Havendo número legal a Sra. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 708/07 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/07. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 688/07 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/07. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pela Sra. Presidente, e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) BETI PAVIN - Presidente
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Caíto Quintana e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins,

Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Augustinho Zucchi e Edgar Bueno. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - Aprovada. Passou-se a Ordem do Dia: No início da presente reunião o Sr. Presidente Deputado Caíto Quintana passa a presidência ao Sr. Deputado Nereu Moura. 01) Projeto de Lei nº 089/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 431/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 446/07 de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 450/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO. Neste momento o Sr. Presidente Deputado Nereu Moura passa a presidência ao Sr. Deputado Caíto Quintana; 05) Projeto de Lei nº 097/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior a emenda de Plenário - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 328/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 355/07 de autoria dos Deputados Rosane Ferreira, Ribas Carli Filho e Rui Hara. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 375/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 376/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 378/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 394/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 397/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 411/07 de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 412/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Professor Luizão - APROVADO, com voto em separado dos Deputados Luiz Carlos Martins e Douglas Fabrício; 15) Projeto de Lei nº 150/07 de autoria do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 438/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. O Sr. Deputado Artagão Júnior, Relator, requer a CONVERSÃO da matéria em DILIGÊNCIA junto às Secretarias de Estado de Educação, de Administração e Previdência - DEFERIDO pelo Presidente; 17) Projeto de Lei nº 442/07 de autoria do

Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 443/07 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 444/07 de autoria do Deputado Fabio Camargo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 447/07 de autoria do Deputado Pedro Ivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 454/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 228/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 286/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 337/07 de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e sete, reuniram-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Luiz Malucelli, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Valdir Rossoni, Augustinho Zucchi e Edson Strapasson. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - Aprovada, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 397/07 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, acatando a emenda do Deputado Caíto Quintana - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Reni Pereira; 02) Projeto de Lei nº 455/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 03) Proposição Veto nº 029/07 de autoria do Poder Executivo. O Deputado Professor Luizão SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 179/07 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 439/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL

do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 451/07 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 452/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator, requer a CONVERSÃO da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 453/07 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 459/07 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL Deputado Professor Luizão na forma da emenda anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 460/07 de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 461/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 467/07 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 243/07 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Nereu Moura SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 244/07 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Douglas Fabrício SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 15) Projeto de Lei nº 393/07 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer do Deputado Artagão Júnior pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 478/07 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 17) Projeto de Lei nº 479/07 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 18) Projeto de Lei nº 399/07 de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 414/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 469/07 de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de julho de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de

reuniões das comissões, às 13h30, sob a Presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Dobrandino da Silva, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner e Reni Pereira. O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. O Sr. Deputado Reni Pereira solicita a dispensa da leitura da ata, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia, com os seguintes itens: 01) Projeto de Resolução nº 013/07 - autora Deputada Cida Borghetti. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 150/07 - autor Tribunal de Contas. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, condicionado ao envio do impacto financeiro pelo autor. 03) Projeto de Lei nº 411/07 - autor Deputado Elio Rusch. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 044/07 - autor Deputado Mauro Moraes. Relator Deputado Elton Welter, que argumentou sobre a complexidade da proposta, solicitando mais tempo para uma melhor análise e pedindo assim o ADIAMENTO da votação, sendo o pedido APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 325/07 - autor Deputado Nereu Moura. Relator Deputado Elton Welter. Parecer solicitando DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Saúde no sentido de informar-nos a quantidade de pessoas com deficiência auditiva no estado, conforme registros oficiais daquela pasta, como os critérios e os níveis de surdez existentes APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 447/07 - autor Deputado Pedro Ivo. Relator Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 138/07 - autor Deputado Mauro Moraes. Relator Deputado Luiz Nishimori. Parecer lido pelo Deputado Francisco Bühner FAVORÁVEL - APROVADO. O Sr. Deputado Reni Pereira assume a presidência, colocando em discussão e votação o próximo item da pauta. 08) Projeto de Lei nº 198/07 - autor Deputado Edson Strapasson. Relator Deputado Luiz Nishimori. Parecer lido pelo Deputado Francisco Bühner. FAVORÁVEL - APROVADO. O Sr. Deputado Edson Strapasson, reassume a presidência dando sequência à pauta. 09) Projeto de Lei nº 355/07 - autores Deputados Rosane Ferreira, Rui Hara e Ribas Carli. Relator Deputado Luiz Nishimori. Parecer lido pelo Deputado Francisco Bühner. FAVORÁVEL - APROVADO com emenda. 10) Projeto de Lei nº 143/07 - autor Deputado Dr. Batista. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 242/07 - autor Deputado Marcelo Rangel. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO com abstenção do Deputado Reni Pereira. 12) Projeto de Lei nº 394/07 - autor Deputado Professor Luizão. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 334/07 - autora Deputada Luciana Rafagnin. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer solicitando DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Educação e Secretaria de Planejamento, tendo em vista não existir na Proposição o Impacto Financeiro-

Orçamentário. 14) Projeto de Lei nº 378/07 - autor Deputado Ney Leprevost. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. O Deputado Reni Pereira pede a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 421/07 - autor Poder Executivo - Mensagem nº 19/07. O Sr. Presidente atendendo a questão de ordem, passa a palavra ao Relator que faz a apresentação do parecer FAVORÁVEL com a inclusão de emenda aditiva, sendo o mesmo discutido, votado e APROVADO. O Sr. Deputado Elio Rusch, também pede a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 454/07 - autor Poder Executivo - Mensagem nº 20/07. O Sr. Presidente, da mesma forma, concorda com a inclusão na pauta do projeto citado, passando de imediato a palavra ao Relator que procede a apresentação do parecer FAVORÁVEL à matéria. Após a discussão e votação do parecer, foi o mesmo APROVADO. Nesse momento o Presidente consulta os membros se há mais projetos em condições de apreciação, não havendo mais nenhum, passa a palavra para o Deputado Antonio Belinati, que o parabeniza pela forma simpática que têm conduzido os trabalhos da Comissão de Finanças. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13h00, sob a Presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Luiz Nishimori, Reni Pereira e Dr. Batista que acompanhou a reu-

nião. O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Deputado Reni Pereira que fizesse a leitura da ata da reunião anterior, o Deputado Antonio Belinati pediu dispensa da leitura a qual foi dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia, com os seguintes itens: 01) Projeto de Lei nº 044/07 - autor Deputado Mauro Moraes. Relator Deputado Elton Welter. Parecer lido pelo Deputado Reni Pereira, o qual era pela DEVOLUÇÃO ao autor. Parecer REJEITADO - APROVADO. Sendo aprovada a designação de novo Relator, Deputado Reni Pereira. O Presidente sugere a anexação ao processo das notas taquigráficas referentes à reunião realizada nesta comissão, com técnicos da SANEPAR que discutiram o impacto financeiro dessa matéria. 02) Projeto de Lei nº 419/07 - autor Deputado Reni Pereira. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer lido pelo Deputado Luiz Nishimori. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO, com voto contrário do Deputado Reni Pereira. 03) Projeto de Lei nº 221/07 - autor Deputado Ney Leprevost. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer lido pelo Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 378/07 - autor Deputado Ney Leprevost. Anexo Projeto de Lei nº 456/07. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer lido pelo Deputado Reni Pereira. FAVORÁVEL na forma da emenda substitutiva geral - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 397/07 - autor Deputado Augustinho Zucchi. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 461/07 - autor Deputado Luiz Nishimori. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 169

17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	33
Presenças.....	33
Abertura da Sessão	33
Expediente:	
Requerimentos	34
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
2ª Discussão	34

3ª Discussão	34
Requerimentos.....	34
Encerramento da Sessão	34
Publicações:	
Atas de Comissão	
Orçamento	34
Obras Púb., Transp. e Com.....	35
Constituição e Justiça.....	35
Finanças.....	38
Publicações Administrativas:	
Aditivos Contratuais.....	38
Minutas de Contratos	39

DIÁRIO Nº 169

17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Ney Leprevost.

Presenças:

Às dezenove horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes,

Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Mamede e Miltinho Pupio (04).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Carlos Simões (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

REQUERIMENTO Nº 3778-B

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.12.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 541/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. João Preis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 780/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que determina que a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) procedam os registros dos diplomas expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALE. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o substitutivo geral da CCJ.**

Requerimento

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3778-B, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Antes de encerrar a Sessão, quero convidá-lo para amanhã, às 10h00, à inauguração da nossa TV Assembléia. No horário regimental teremos a Sessão normal, já a primeira Sessão devidamente transmitida pela TV Sinal.

Apenas deixar claro, que o interesse da Mesa Executiva é procurar, acima de tudo, servir o Paraná. Existem momentos - pode ter certeza - em que as nossas cores partidárias e, principalmente, as nossas vai-

dades devam ser deixadas de lado, em nome da bandeira do Paraná.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Orçamento

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Orçamento, sob a Presidência da Sra. Deputada Beti Pavin, com as presenças dos Srs. Deputados Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Duílio Genari, Douglas Fabrício, Tadeu Veneri e Ademar Traiano membros da comissão. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 698/07 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/07. Abrindo o seu parecer o Deputado Nereu Moura fez um amplo relato dos trabalhos da comissão, e que foram apresentados 2976 emendas ao projeto, sendo que 2439 foram acolhidas. Antes da votação de seu parecer o Deputado Nereu Moura, agradeceu à Secretaria e técnica da Comissão de Orçamento pelo empenho com que elaborou os trabalhos da mesma. A Presidente colocou, então, em votação o parecer do Deputado Nereu Moura, os membros da comissão deram parecer FAVORÁVEL - APROVADO na forma de substitutivo geral. Projeto de Lei nº 699/07 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/07, que dispõe sobre o Plano Plurianual, para o exercício de 2008 a 2011. Abrindo o seu parecer o Deputado Nereu Moura relatou que foram apresentados 56 emendas ao projeto, sendo que 51 foram acolhidas. A Presidente colocou, então, em votação o parecer do Deputado Nereu Moura, os membros da comissão deram parecer FAVORÁVEL - APROVADO na forma de substitutivo geral. Nada mais havendo a tratar a Sra. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pela Sra. Presidente e por mim, Ana Bea-

triz S. do Prado, Secretária da comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) BETI PAVIN - Presidente
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Sr. Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 857/07 de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com as presenças dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Professor Luizão, Reni Pereira, Dr. Batista e Valdir Rossoni. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - Aprovada. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 433/07 de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 441/07 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 463/07 de autoria dos Deputados Nelson Justus e Rui Hara. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 465/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 05) Pro-

posição de Veto nº 029/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 345/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 373/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 480/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 483/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 484/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 486/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 496/07 de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 497/07 de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 498/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 505/07 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 509/07 de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 529/07 de autoria dos Deputados Péricles de Mello e Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 531/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 462/07 de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer do Deputado Professor Luizão pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício,

Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Valdir Rossoni, Luiz Malucelli, Ribas Carli Filho e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - Aprovada, após dispensa de leitura a pedido do Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 140/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 458/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 193/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Carlos Simões SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 310/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator, requer a CONVERSÃO da matéria em DILIGÊNCIA junto às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Urbano e Planejamento - DEFERIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 452/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 472/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 474/07, de autoria do Deputado Rui Hara. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 476/07, de autoria do Deputado Rui Hara. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 477/07, de autoria da Bancada do PT - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 490/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator, requer a CONVERSÃO da matéria em DILIGÊNCIA junto às Secretarias de Estado da Fazenda e Educação - DEFERIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 495/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO. O Deputado Nereu Moura requer preferência de votação ao Projeto de Lei nº 512/07. O Sr. Presidente coloca em discussão o requerimento, onde diversos Srs. Deputados usam da palavra. De acordo com o avanço da hora, o Sr. Presidente declara encerrada a presente reunião marcando uma reunião extraordinária para o dia seguinte. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Duílio Genari, Luiz Malucelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - Aprovada, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Nereu Moura. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 512/07, de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 192/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 272/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator, requer a CONVERSÃO da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Fazenda e à Procuradoria Geral do Estado, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk - DEFERIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 390/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 288/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner, lido pelo Deputado Luiz Malucelli - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 429/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 468/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner, lido pelo Deputado Luiz Malucelli - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 482/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 485/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 491/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 503/07, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 507/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 511/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 525/07, de autoria da Deputada Cida Bor-

ghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner, lido pelo Deputado Luiz Malucelli - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 537/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 538/07, de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Nereu Moura SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 17) Projeto de Lei nº 559/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 18) Proposição de Veto nº 059/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 19) Proposição de Veto nº 061/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 20) Proposição de Veto nº 062/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Valdir Rossoni, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Proposição de Veto nº 063/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 22) Proposição de Veto nº 064/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Carlos Simões, lido pelo Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 23) Proposição de Veto nº 065/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Carlos Simões, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 24) Proposição de Veto nº 066/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Francisco Bühner, lido pelo Deputado Luiz Malucelli - APROVADO; 25) Proposição de Veto nº 069/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 26) Proposição de Veto nº 070/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 27) Proposição de Veto nº 071/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 28) Proposição de Veto nº 072/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Valdir Rossoni, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO; 29) Proposição de Veto nº 073/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 30) Proposição de Veto nº 074/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Carlos Simões, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 31) Proposição de Veto nº 075/07, de autoria do Poder Executivo.

Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 32) Proposição de Veto nº 076/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Carlos Simões, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 33) Proposição de Veto nº 078/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Francisco Bühner, lido pelo Deputado Luiz Malucelli - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 522/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator, requer a CONVERSÃO da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Fazenda, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk; 35) Projeto de Lei nº 532/07, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e outros. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 546/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 37) Proposição de Veto nº 085/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 38) Proposição de Veto nº 087/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 289/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 317/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 353/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 457/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 530/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 44) Projeto de Lei nº 535/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 45) Projeto de Lei nº 550/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 46) Projeto de Lei nº 562/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 47) Projeto de Lei nº 563/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 48) Projeto de Lei nº 534/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 49) Projeto de Lei nº 570/07, de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 50) Projeto de Lei nº 571/07, de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 51) Projeto de Lei nº 573/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari -

APROVADO; 52) Projeto de Lei nº 553/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

Comissão de Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões às 13h00, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira, mais as presenças dos seguintes Srs. Deputados: Edson Strapasson, Antonio Belinati e Plauto Miró. O Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao Deputado Antonio Belinati que fizesse a leitura da ata da reunião anterior, o Deputado Plauto Miró pediu dispensa da leitura a qual foi dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia, com o seguinte item: 01) Projeto de Lei nº 192/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Relator: Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões às 13h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos seguintes Srs. Deputados: Reni Pereira, Antonio Belinati, Elio Rusch, Elton Welter, Dobrandino da Silva e Francisco Bühner. O Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao Deputado Antonio Belinati que fizesse a leitura da ata da reunião anterior, o Deputado Reni Pereira pediu dispensa da leitura a qual foi dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia, com os seguintes itens: 01) Projeto de Lei nº 511/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/07. Relator: Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 491/07, de

autoria do deputado Artagão Júnior. Relator: Deputado Elio Rusch. Solicita o adiamento da discussão do parecer sendo o mesmo APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 512/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/07. Relator: Deputado Elton Welter. Neste momento, o Relator solicita a presidência que aguarde alguns instantes, tendo em vista que o relatório está sendo encaminhado por seu Assessor. O Presidente defere suspendendo a reunião por 3 minutos. Reaberta a reunião, o Relator faz a leitura do parecer. Após a leitura os Deputados Elio Rusch, Reni Pereira e Antonio Belinati, SOLICITAM VISTAS ao projeto, o Presidente DEFERE e ao mesmo tempo determina o encaminhamento de cópias aos membros da comissão. Foi deliberado também pedido de informações à Secretaria de Estado da Fazenda, a fim de prestar esclarecimentos no seguinte sentido: Qual a origem dos recursos e se há um cronograma de aporte? Esses recursos estão habilitados de acordo com a Lei Orçamentária Anual, compatíveis com o Plano Plurianual e ainda com a Lei de Diretrizes Orçamentária? Qual a finalidade do aumento do capital social e da possível integralização? Qual o momento devido para que o capital seja integralizado, salientando na mensagem governamental? O Sr. Presidente ressalta a importância desses esclarecimentos para dar continuidade a discussão da matéria, em reunião extraordinária marcada para segunda-feira, dia 03 de setembro do corrente, às 13h30. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

Publicações Administrativas:

Aditivos Contratuais

1º ADITIVO CONTRATUAL

Protocolo: 10.078/07

Modalidade: Convite 031/07

Objeto: Serviço Mensal de jardinagem em geral para esta Assembléia.

Classificada: Yax Jardim & Floresta Ltda.

Valor: R\$ 5.300,00 mensais.

Dotação: 3390.3900

Vigência: 01/01/08 a 31/12/08.

(a) COMISSÃO DE LICITAÇÃO

4º ADITIVO CONTRATUAL

Protocolo: 12.023/07

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Transdetritos Limpeza de Obras Ltda.

Objeto: Serviço de remoção de detritos inertes.

Valor: R\$ 1.538,89 mensais.

Dotação: 3390.3900.

Vigência: 01/01/08 a 31/12/08

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Minutas de Contrato

MINUTA DE CONTRATO

Protocolo: 10079/07

Modalidade: Convite 092/07

Objeto: Fornecimento de material fotográfico para esta Assembléia.

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Ticc color Vídeo Foto Som Ltda.

Valores:

Pilha alcalina AA, cartela com 02 unidades	4,00 Duracell
CD-R 74min. - 700 MB	1,20 TDK
Cartão de memória de 512 MB	78,50 Danelec

Cartão de memória de 1 GB	98,50 Danelec
Filme de 36 poses/400	9,20 Fuji
Cabo USB para transferência das fotos	139,00 Nikkon

Vigência: 01/01/08 a 31/12/08.

Dotação: 3390.3000

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

MINUTA DE CONTRATO

Protocolo: 10086/07

Modalidade: Pregão Eletrônico 019/07

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Comercial de Alimentos CWB Word's Ltda.

Objeto: Fornecimento de 500 quilos/mês de café.

Valor: R\$ 7,08 por quilo/mês - marca Café Corol.

Dotação: 3390.3900

Vigência: 01/01/08 a 31/12/08.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

